

## **O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DOS MICRODADOS DO INEP (1995-2010)**

**Moisés Waismann<sup>1</sup>**

Artigo recebido em: 18/10/2012 | Aceito em: 07/01/2013

### **Resumo**

Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida no PPG-Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e tem como objetivo relacionar o sistema econômico com as discussões sobre trabalho e sobre educação no Brasil no período de 1995 a 2010, com o intuito de verificar a relação que essas variáveis estabelecem entre si e estas com o sistema econômico. As variáveis selecionadas foram os vínculos empregatícios no mercado formal, a quantidade de Instituições de Ensino Superior, a quantidade de matrículas e a quantidade de concluintes. A variável despesa total e a despesas com educação foram pesquisadas na Secretaria do Tesouro Nacional. Utiliza-se do método descritivo para realizar as análises. Estas mostram que quanto maior a quantidade de trabalhadores com escolarização superior, menor é o crescimento da sua remuneração e observa-se também que o desempenho das variáveis quantidade de IES, matrículas e concluintes descolam-se do desempenho do PIB.

**Palavras-Chave:** Sistema Econômico; Educação; Políticas Públicas.

## **THE WORLD BANK AND PUBLIC POLICIES FOR HIGHER EDUCATION IN BRAZIL A STUDY OF FROM MICRODATA INEP (1995-2010)**

### **Abstract:**

The study is part of a research project developed in “PPG – Educação Universidade do Vale do Rio dos Sinos” and its main objectives is to match the economic system to the discussions about work and education in Brazil from 1995 to 2010 aiming at verifying the relation that these variables have with each other and with the economic system as well. The selected variables were the employment contracts in the formal market, the amount of universities, the amount of universities, the amount of enrolments and the amount of graduates. The variable and total expense and the expenses with education were researched at the “Secretaria do Tesouro Nacional”. Some data show that the higher the quantity of workers the smaller is the increase of their pay and one can also observe that the variables quantities of IES performances, enrolments and graduates is disconnected from the PIB’s performance.

**Keywords:** Economic system, Education, and Public politics

---

<sup>1</sup> Professor e pesquisador do Centro Universitário La Salle, UNILASALLE. Rua Lopo Gonçalves, 218/601- Cidade Baixa, Porto Alegre (RS), E-mail: <moises.waismann@bol.com.br>

## Introdução

Muito se tem discutido sobre a interligação entre educação e crescimento econômico, crescimento econômico e remuneração do trabalho, e educação e remuneração do trabalho. Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e tem como objetivo relacionar o sistema econômico com as discussões sobre trabalho e sobre educação no Brasil no período de 1995 a 2010, com o intuito de verificar a relação que essas variáveis estabelecem entre si e estas com o sistema econômico. Nesse sentido, o estudo tem como objetivos: caracterizar o processo de acumulação capitalista neoliberal, verificar qual a relação entre os trabalhadores com ensino superior e crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), examinar a relação do PIB e o comportamento dos salários dos trabalhadores, investigar o comportamento dos salários dos trabalhadores com ensino superior vis-à-vis a quantidade de trabalhadores com ensino superior e, por fim, verificar as despesas com educação realizadas pelo governo federal.

O texto está dividido em dois grandes blocos além desta apresentação. No primeiro bloco, procura-se caracterizar o neoliberalismo no sentido de verificar quais as interfaces com a educação e com o trabalho. O que é? Em que consiste? De onde vem? Debatendo algumas demandas que o pensamento neoliberal tem aqui no Brasil para o setor produtivo, em especial para os trabalhadores, bem como as demandas que essa articulação tem para o Estado. Bem como perceber demandas que o processo neoliberal faz para a educação, diretamente a partir da abertura de novos mercados, ou como resultado das reivindicações do setor produtivo com o objetivo de inserir-se no mercado global. O último segmento apresenta dados da realidade que tem por objetivo ilustrar e problematizar o debate.

## 2. Impactos do pensamento neoliberal no estado, no setor produtivo, na educação e no trabalho

O modelo de desenvolvimento do pós-guerra entra em crise, no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, período em que o mundo capitalista (a Europa e os EUA) vivenciou uma longa e profunda recessão, acompanhada de altas taxas de inflação. (ANDERSON, 1995). Essa realidade promoveu a construção de um ambiente de redução na taxa de lucro dos negócios. Iniciou-se, assim, o esgotamento das possibilidades de uma forma de acumulação do capital, que consistia da articulação do Estado do bem-estar social com a forma de produção taylorista/fordista. (SOUZA, 2002.).

Eventos simultâneos, como as inovações tecnológicas na área da microeletrônica, da informática e das comunicações, bem como os avanços políticos dos trabalhadores, potencializados pela concorrência intercapitalista, dão sustentação para o decréscimo da taxa de lucro, provocado pelo esgotamento do modo de acumulação. Esse é o cenário onde ocorre a crise de acumulação do capital.

Para o setor produtivo, esse processo reorganiza as relações de produção. A industrialização brasileira teve início nos anos 1930, porém, é na década de 1950, por meio do processo de substituição de importações, que a industrialização se consolidou. Dessa forma, consegue-se montar rapidamente um importante parque industrial, entretanto, sem avanços em investimento em ciência e tecnologia. (SOUZA, 2002.).

Quando a crise do processo de acumulação chegou ao Brasil, esse parque industrial montado nos

anos 1950, sem o devido investimento em ciência e tecnologia, ou, dito de outra forma, sem a produção de conhecimento local, se depara com a necessidade de se desenvolver no sentido de colaborar para que o setor produtivo reorganize a sua participação no comércio mundial, por meio dos padrões internacionais que exigem a incorporação da microeletrônica bem como de uma cultura organizacional. Essas necessidades fazem as empresas buscarem inovações organizacionais, investindo em equipamentos. Nessa direção, foi necessário repensar a qualificação dos trabalhadores. (SOUZA, 2002.).

O papel do indivíduo capacitado na ampliação da produtividade que contribui para a riqueza sempre esteve presente, e foi formulada de forma mais clara por Adam Smith, quando da exposição sobre a divisão social do trabalho.

O que ocorre quando se passa a viver sob a ideologia neoliberal é uma série de transformações na forma de se produzir as mercadorias. De acordo com Souza (2002, p.83), “as consequências da reestruturação das forças produtivas têm apontado, contraditoriamente, em duas direções: de um lado, impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação”.

O movimento que impulsiona a ampliação da qualificação do trabalho é seguido do aumento na procura das atividades educativas, por parte do capital, bem como dos trabalhadores (SOUZA, 2002.). Para Antunes (1995, p.54), dessa forma, “a intelectualização do trabalho manual é coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico”, pois, como diz Souza (2002, p.85), percebe-se o fortalecimento de um processo de aproximação entre a ciência e o trabalho, assim mantém-se a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Tal dicotomia será transformada num “diferencial de qualidade e produtividade na indústria e na vida cotidiana do mundo contemporâneo”.

Seguindo nessa direção, no processo de reestruturação produtiva que vem informado pela visão neoliberal para a solução da queda da taxa de juros, os investimentos capitalistas na educação transformam-se no centro da política, industrial como um caminho para alcançar a competitividade. (SOUZA, 2002.).

Para Coutinho e Ferraz (1994, p.13) a educação torna-se uma “ação voltada para a qualidade de vida do trabalhador” bem como com vistas a proporcionar uma “melhor distribuição de renda”, dessa forma a valorização dos recursos humanos, por meio do acesso da educação básica, técnica, bem com educação continuada, transformando-se assim em parte fundamental para a aliança com vistas a competitividade. A educação passa de um direito dos cidadãos para um dever do indivíduo, que passa a ser responsável pela competitividade do setor privado.

O Estado brasileiro passa por uma reorganização profunda. A estabilização macroeconômica que ocorreu com a implantação do plano real, foi acompanhada pela produção do superávit fiscal primário e a implantação da lei de responsabilidade fiscal que promoveu o rearranjo da relação fiscal intragovernamental, bem como a reorganização da previdência pública, serviu como base para as “reformas estruturais” do Estado, do sistema de saúde e da educação no sentido de encaminhar a desregulamentação desses setores antes organizados pelo Estado, com o objetivo de serem oferecidos aos mercados por meio das privatizações. Esses movimentos fazem parte de um processo de construção de um novo colonialismo. (FIORI 1995).

Esse redirecionamento do Estado brasileiro é instruído pelas agências multilaterais, como o Bird,

o Banco Mundial, o FMI na área econômica, na parte cultural a Unesco, na política a ONU e nas ações bélicas a Otan (SILVA JUNIOR, 2002.), de acordo com a perspectiva de alargamento dos mercados via “universalização do capitalismo”. As agências, operadoras do pensamento neoliberal, concentram a hegemonia política e econômica e suas orientações e ações mediadoras são seguidas por compartilhamento de visão de mundo das elites locais com as elites dos países (ditos) desenvolvidos por meio de uma intervenção consentida.

O Estado tem um papel fundamental para a implantação do neoliberalismo, por mais contraditório que isso pareça, pois esse pensamento defende que o Estado não deva interferir na sociedade, pois orienta, induz ou faz tais transformações no âmbito da produção, da economia, da política, da cultura e da educação. (SILVA JUNIOR, 2002.).

O que está em disputa é o fundo público, que é produzido por meio da arrecadação de tributos. A gestão desse recurso obriga a negociação política de representantes do capital e do trabalho no interior do Estado, para a produção de políticas que podem favorecer a manutenção do capital ou garantir as políticas públicas voltadas para o conjunto da população (SILVA JUNIOR, 2002.).

O fenômeno da reestruturação produtiva tem forçado as organizações a outra atitude frente à competitividade e a qualidade das suas mercadorias, derivando assim o estabelecimento de novas solicitações para o sistema educacional, visando à formação, bem como a qualificação de um trabalhador preparado para as novas demandas da produção capitalista (SOUZA, 2002.).

As necessidades do setor produtivo na busca da competitividade, num mercado globalizado, concede outro valor ao processo educativo, dentro da readequação do modelo de desenvolvimento neoliberal. Nesse sentido, materializa-se uma política educacional que apropria a educação às conveniências do mercado, por meio da adaptação da escola às transformações sociais e econômicas que ocorrem em conformidade com os objetivos de manter as condições de acumulação capitalista. Não bastasse essa apropriação da instituição escolar, é exigido agora que a escola se organize, para que funcione por suas próprias condições, captando os seus recursos no movimento do mercado na qual ela agora faz parte. (SOUZA, 2002.).

Para Silva Junior (2002, p.49), quando o capital adentra no conjunto da sociedade, vai criando por meio de diferentes formas, uma realidade sob o desígnio do\_ “império do privado” para as instituições de ensino. Dessa forma, a educação, e, em especial, a educação superior, foi reorganizada com uma forte intencionalidade pelo Estado, fazendo com que esta fosse obediente às regras do privado e submetendo as “práticas sociais de docência, pesquisa e extensão [...] à racionalidade mercantil”.

É assim que o ambiente competitivo incorpora a instituição escolar em acordo com pensamento neoliberal, que tem como proposta central para a educação a intensificação da privatização da escola pública como política de Estado (Souza, 2002, p.87.), bem como uma reorganização do ensino privado, de modo a favorecer as instituições que visem lucro com atividade educativa.

Para que isso ocorra, em uma reorganização do ensino superior, é necessário aproveitar-se, como diz Souza (2002, p.87), “da notória crise da escola pública e da decomposição do sistema educativo”, para que o capital possa procurar no setor educacional resposta a sua crise de acumulação. Dessa forma, quando os domínios da administração educacional percebem os novos requisitos de produtividade e qualidade, esse

conceito é ressignificado.

Com essa intencionalidade, a qualidade passa a conter uma relação com vista à comercialização de uma mercadoria, que tem requisitos externos e não como algo inerente ao processo de ensino/aprendizagem (SOUZA, 2002.). Para Gentili, (1995, p.4 *apud* Souza, 2002, p.95), no momento em que a instituição escolar passa a ser visualizada como empresa, ela começa a realizar as suas atividades com “qualidade” para que possam disputar diversos mercados. O sistema escolar se transforma em um mercado disputado e com isso a “qualidade” deveria melhorar.

Esse processo é tomado com tanta naturalidade que Ribeiro (1992, p. 28-29) afirma “ser [necessário] promover uma competição sadia entre as escolas, enfrentar com coragem e determinação o corporativismo malsão que domina os profissionais da educação e os empresários do ensino privado”. Continua Ribeiro (1992), ao conclamar “O ‘lobby’ dos empresários, que precisam de competitividade, tem que ser exercido sobre todos os atores do processo”.

Nesse espaço do trabalho, procurou-se seguir um roteiro que evidencia a vinculação do sistema econômico, com as demandas para o setor produtivo, em especial a força de trabalho. Essas demandas se relacionam com o sistema educativo, em especial o ensino superior, bem como as demandas do setor econômico para o Estado como organizador e regulador da sociedade. Procurou-se realçar o duplo papel da educação, em especial o ensino superior, na condição de hegemonia do pensamento neoliberal. Por um lado, espera-se que a educação forme e reforme o trabalhador para as novas demandas da produção, mas não só isso, que também prepare os sujeitos para o individualismo e o consumo hedonista. De outro lado, descobre-se o sistema educativo como uma nova fronteira para incorporar a dinâmica da acumulação capitalista.

Na sequência do trabalho, apresentam-se algumas variáveis, relacionando-as entre si no sentido de exemplificar com informações e dados a discussão realizada até agora.

### 3. Análise

A finalidade neste espaço do trabalho é apresentar algumas variáveis, selecionadas no sentido de relacioná-las com o objetivo de evidenciar com informações e dados o que foi exposto até aqui.

Sobre o mercado de trabalho, as variáveis selecionadas foram os vínculos empregatícios no mercado, forma de trabalho que possuíam o ensino superior e sua remuneração média no período; sobre educação, buscaram-se informações sobre o ensino superior como a quantidade de Instituições de Ensino Superior; para os gastos do governo, buscou-se a despesa total e a despesas com educação. Todas essas variáveis foram relacionadas com a produção e para dar conta de verificar o comportamento da produção.

A tabela 01 se propõe a auxiliar no estabelecimento de relações entre a variação na quantidade de vínculos e a sua remuneração, no sentido de compreender quais foram os resultados da qualificação da força de trabalho para fazer frente à inserção do setor produtivo no mercado global.

Tabela 01 – Quantidade de vínculos com escolaridade superior completa e remuneração mercado formal de trabalho no Brasil nos anos de 1995 e 2010, com base 100 no ano de 1995.

Ano	Vínculos com escolaridade superior (em milhares)	Base 100	Remuneração média dos vínculos com escolaridade superior	Base 100	Valor do PIB em milhões de reais	Base 100
1995	1.845	100	7.127,01	100	2.873.775	100
2010	7.059	383	4.482,22	63	4.269.859	149

Fonte: formatado pelo autor com base nas informações do MTE/PDET/RAIS.

Pode-se observar na tabela 01, que em 1995 existiam 1.845 mil vínculos com escolaridade superior completa e no ano de 2010 esse número passa para 7.059 mil. Significa que ingressaram no mercado formal de trabalho mais de cinco milhões de trabalhadores, apresentando um crescimento de 283% no período analisado. A figura 01 ilustra esse desempenho. Verifica-se também que o crescimento se dá de forma contínua e sustentada nos anos apresentados.

Quando a variável analisada é a remuneração média dos vínculos com escolaridade superior, em valores constantes de 2011 (01/out), verifica-se que no ano de 1995 a remuneração estava em R\$ 7.127,01 e no ano de 2010 a remuneração passa para R\$ 4.482,22. Ocorre um corte de R\$ 2.644,79 no salário, em média, dos trabalhadores com ensino superior, essa retração representa 37% no salário. Ao se analisar todo o período, verifica-se que o comportamento de queda só é interrompido no ano de 1998, depois ela torna a cair.

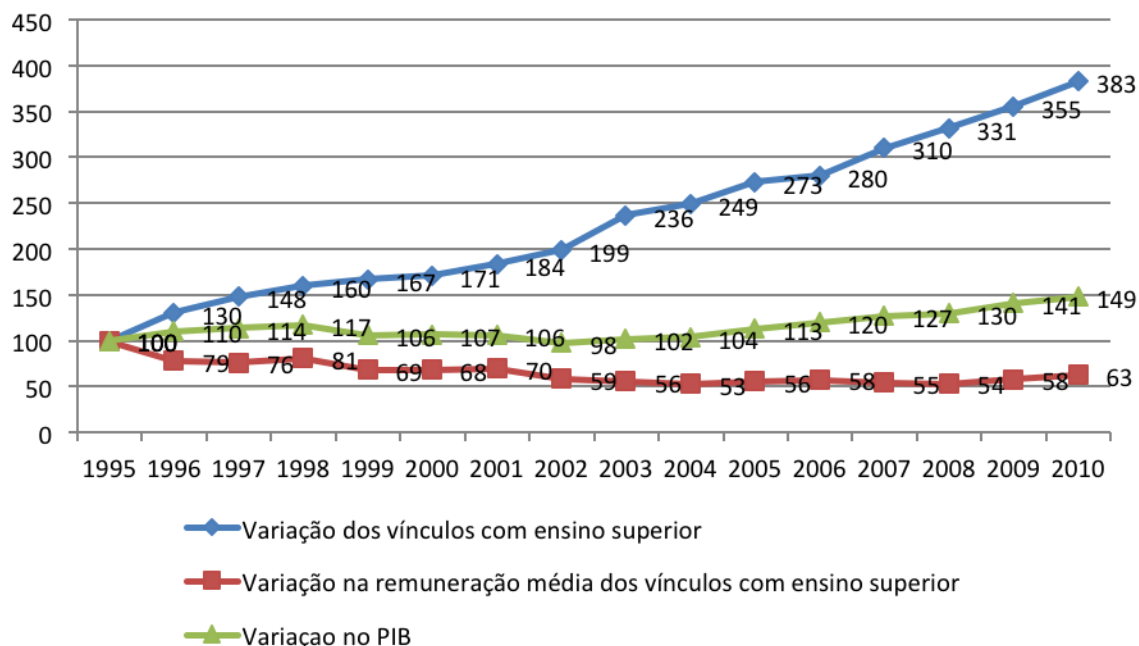
Ao analisar o comportamento do produto interno bruto, que mede tudo o que foi produzido, e é bom lembrar que para produzir mercadoria é necessária a combinação de trabalho, capital e natureza, observa-se que este passa de R\$ 2.873.775 milhões, para R\$ 4.269.859 milhões, o que representa uma variação de 49%. Em todo o período, o PIB tem um comportamento de crescimento com exceção do ano de 2010, onde ele apresenta uma queda.

A figura 01 mostra a variação da quantidade de vínculos com escolaridade superior, a variação na remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior bem como a variação no valor do produto interno bruto no Brasil no período de 1995 a 2010, com base 100 no ano de 1995. Desse modo, espera-se que a visualização da relação fique mais evidente.

Verifica-se que enquanto existe um crescimento de trabalhadores com ensino superior, de 283% o Produto Interno Bruto cresce 49%. Pode-se evidenciar que o crescimento da produção está vinculado à qualificação da força de trabalho, e essa relação vai ao encontro da análise que fazia Antunes (1995) sobre a intelectualização de o trabalho manual ser coerente e compatível ao enorme avanço tecnológico.



Figura 01 – Variação da quantidade de vínculos com escolaridade superior, a variação na remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior bem como a variação no valor do produto interno bruto no Brasil no período de 1995 a 2010, com base 100 no ano de 1995.



Fonte: formatado pelo autor com base nas informações do MTE/PDET/RAIS.

Quando se observa a relação que se estabeleceu entre a quantidade de trabalhadores com curso superior e a remuneração percebida por estes, verifica-se que a lei de mercado efetivamente funciona. Quanto maior a quantidade de um produto (trabalhadores com escolarização superior), menor é o seu preço (salário), pois a quantidade de trabalhadores com escolarização superior cresce em 49% e a remuneração se retrai em 37%, mais que um terço da remuneração. Refutam-se, os apontamentos de Coutinho e Ferraz (1994, p.13) sobre a educação tornar-se uma “ação voltada para a qualidade de vida do trabalhador” bem como com vista a proporcionar uma “melhor distribuição de renda”, no período estudado, isso não pode ser evidenciado. De outra forma, percebe-se uma oportunidade para repensar bem como recontextualizar a Teoria do Capital Humano, pois se verifica no período estudado que a relação entre escolaridade superior e salário não apresenta uma relação direta como preconiza a teoria.

No sentido de verificar o impacto que teve sobre o sistema de educação superior, a necessidade rápida de formação e qualificação de trabalhadores, bem com problematizar o sistema de educação superior como uma alternativa para o processo de acumulação capitalista, elaborou-se a tabela 02, onde é apresentada a quantidade IES, matrículas, concluintes e o Produto Interno Bruto, bem como a variação com base 100 no ano de 1995, no sentido de estabelecer relações entre as variáveis.

Tabela 02 – Quantidade de IES, matrículas, concluintes e PIB, no Brasil nos anos de 1995 e 2010 com variação de base 100 no ano de 1995.

Ano	Quantidade de IES	Δ	Matrículas em IES	Δ	Concluintes em IES	Δ	Valor do PIB em milhões de reais	Δ
1995	894	100	1.759.703	100	254.401	100	2.873.775	100
2010	2.378	266	5.449.120	310	829.286	326	4.269.859	149

Fonte: dados elaborados pelo autor a partir de informações disponíveis em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br).

Os dados referentes ao PIB foram obtidos em <http://www.ipeadata.gov.br>

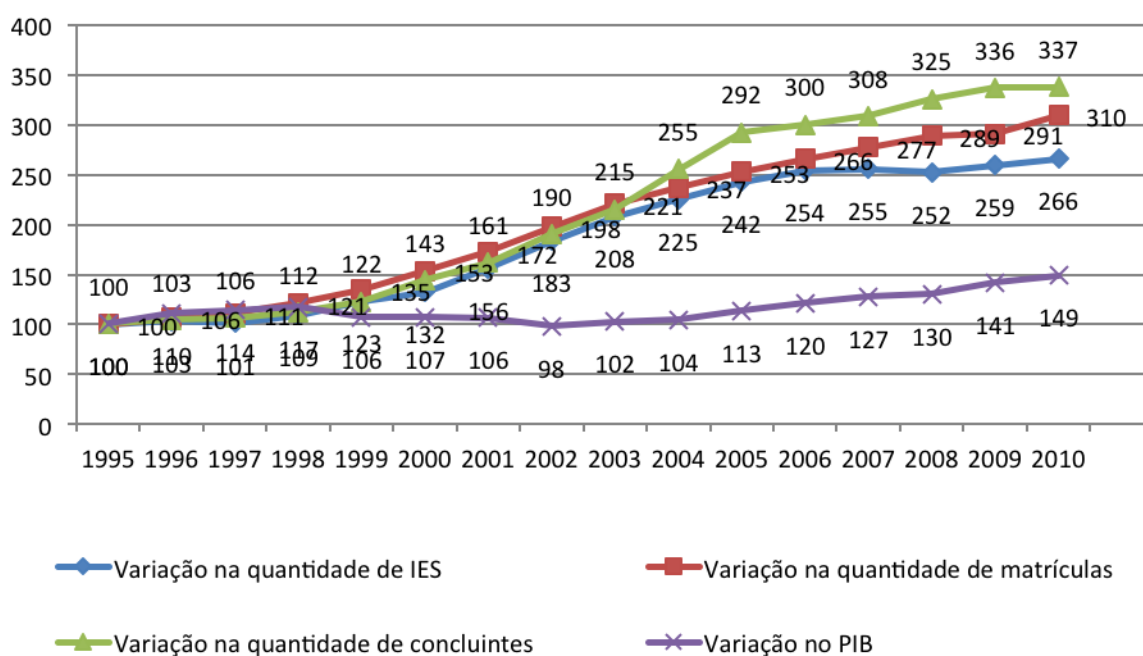
Nota: os valores estão atualizados para outubro de 2012, com base no IGPDI.

Ao examinar na tabela 02, verifica-se que o comportamento da variável quantidade de IES passa de 894 em 1995 para 2.378 em 2010, um crescimento de 166% no período estudado. Este é contínuo, mesmo com o ano de 2007 tendo apresentado uma queda. Esse crescimento ocorre por conta da demanda de escolarização superior, que se abre como forma de inserção do setor produtivo no mercado global, combinado com o novo marco regulatório do setor educacional proporcionado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação, que flexibilizou o setor educacional.

Quando se observa o comportamento da variável matrículas nas IES, verifica-se que este passa de 1.759.703 em 1995, para 5.449.120 matrículas em 2010, um crescimento em termos absolutos de mais de 3,6 milhões de matrículas, o que representa uma variação de 209,66%. A quantidade de concluintes também apresenta uma variação positiva, pois são 254.401, em 1995 e em 2010 já é 829.286, um crescimento de 225,98%.

Sobre o comportamento do PIB, verifica-se que este passa de R\$ 2.873.775 milhões em 1995, para R\$ 4.269.859 milhões em 2010, o que representa uma variação de 49%. Em todo o período, o PIB tem um comportamento de crescimento, com exceção do ano de 2010, onde ele apresenta uma queda.

Figura 02 – Variação da quantidade de IES, na variação de matrículas, na variação de concluintes bem como a variação no valor do produto interno bruto no Brasil no período de 1995 a 2010, com base 100 no ano de 1995.



Fonte: dados elaborados pelo autor a partir de informações disponíveis em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br).

Os dados referentes ao PIB foram obtidos em <http://www.ipeadata.gov.br>

Nota: os valores estão atualizados para outubro de 2012, com base no IGPDI.

A figura 02 mostra a variação da quantidade de vínculos com escolaridade superior, a variação na remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior bem como a variação no valor do produto interno bruto no Brasil no período de 1995 a 2010, com base 100 no ano de 1995, a visualização da relação entre as variáveis fica mais evidente.

Observa-se que o PIB representa uma variação de 49%. Em todo o período estudado, as demais



variáveis apresentam desempenho muito superior ao crescimento do PIB. O desempenho das variáveis: quantidade de IES, das matrículas e dos concluintes descola-se de uma explicação que poderia relacionar o desempenho dessas variáveis com o desempenho do PIB. Pode-se cogitar que esse desempenho está atrelado a dois movimentos. Um ao movimento de demanda por bens educacionais, pelo qual o setor produtivo pressiona o sistema educacional e o outro, que está imbricado no anterior, é a transformação do setor produtivo em sistema educacional, por meio da ampliação de IES com fins mercadológicos, pois, como será visto na tabela 03, o gasto público federal com educação sofre um refluxo, como forma de garantir o processo de reprodução do capital em um ambiente competitivo.

Nos anos iniciais do período estudado, vive-se a implantação da visão neoliberal, que advoga como melhor solução um estado mínimo e também a importância da educação como forma de inserção da economia no mundo globalizado. Para verificar o desempenho da despesa pública e, em especial a despesa com educação e cultura, no âmbito do Estado nacional, é importante fazer uma relação o PIB nos anos de 1995 a 2010. Dessa forma, foi elaborada a tabela 03.

Tabela 03 – Valores da despesa total, da despesa com educação e cultura, e valor do PIB no Brasil nos anos de 1995 a 2010 com variação de base 100 no ano de 1995.

Ano	Despesa total em milhões de reais	Base 100	Despesa com educação e cultura em milhões de reais	Base 100	PIB em milhões de reais	Base 100
1995	1.041.889	100	40.478	100	2.873.775	100
2010	1.605.477	154	44.300	109	4.269.859	149

Fonte: dados elaborados pelo autor com base nas informações sobre as despesas liquidadas da União por função disponível em [http://www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est\\_contabil.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est_contabil.asp), acesso em 10/02/2012.

Verifica-se, na tabela 03, que a despesa total apresenta em 1995 um valor de 1.041.889 e em 2010 o valor passa para 1.605.477 uma variação de 54% no período estudado. Faz-se necessário ressaltar que a despesa do governo deve guardar certa relação com a riqueza do país, e é o que ocorre no período estudado, onde o PIB varia em 49% e a despesa total em 9%, o que chama a atenção é que a despesa total cresce mais do que o PIB, dessa forma não se percebe uma redução da ação do Estado da economia, o que pode ter corrido foi que o Estado tenha perdido patrimônio e não o poder econômico organizativo na sociedade.

Quando o olhar se reporta aos gastos com educação e cultura, e aqui se deve-se explicar por que utiliza-se a educação somada a cultura. O motivo que leva a essa opção é não perder a série histórica, visto que antes essas duas atividades estavam vinculadas ao mesmo Ministério. Cabe ressaltar que a despesa com cultura incorporada nessa conta não passa de 2,3% do total, dessa forma, acredita-se que a análise não fica distorcida e se ganha-se ao poder observar o período de interesse para este estudo.

Mas o que se verifica sobre os gastos com educação e cultura é uma tendência de redução em todo o período analisado, quando comparado a 1995. É importante observar que, dentro da despesa educação e cultura, refere-se aos gastos com o ensino superior, visto que essa modalidade de ensino é responsabilidade da União. Evidencia-se que a realidade apresentada na tabela 02 sobre o crescimento das Instituições de Ensino Superior, frente à redução dos gastos com educação e cultura, deve ter sido realizada pelo setor produtivo. Essa situação está de acordo com a visão de uma nova forma de acumulação capitalista que

tinha como objetivo incorporar espaços que não eram articulados pela dinâmica capitalista.

O capital organiza a sua entrada de tal forma que alguns percebem que o capital privado foi atraído para o ensino superior e, dessa forma, ampliam-se oferta de vagas por meio da criação de IES privadas nas periferias das áreas metropolitanas e nas cidades do interior, pensa-se que este foi um processo organizado e planejado que conta com apoio técnico e político dos organismos internacionais, como é o caso do Banco Mundial.

Percebe-se que a variação do PIB em todo o período apresenta um crescimento. A variação da despesa com educação e cultura tem um desempenho de queda ao longo do tempo só apresentando uma leve recuperação no final do período observado. Já a despesa total apresenta um movimento bastante sazonal, mas com uma clara tendência de crescimento.

### **Considerações Finais**

Este artigo teve como objetivo relacionar o sistema econômico com as discussões sobre trabalho e sobre educação no Brasil no período de 1995 a 2010, no sentido de verificar a relação que essas variáveis estabelecem entre si e estas com o sistema econômico. O caminho percorrido neste trabalho revela que quanto maior a quantidade de trabalhadores com escolarização superior, menor é o crescimento da sua remuneração; percebe-se, dessa forma, um indicativo de recontextualização da Teoria do Capital Humano. De outra forma, observa-se que o crescimento da quantidade de IES, da quantidade de matrículas e do número de concluintes são superiores ao desempenho do PIB. A literatura indica que os investimentos em educação superior resultariam no crescimento do PIB, e aqui surgem indicações que esse fenômeno não ocorreu no período estudado, dessa forma, este trabalho indica outra questão a ser pesquisada: compreender por que isso ocorre.



## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205 p.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995. 155 p.
- BRASIL. Ministério da Fazenda – MF. **Séries Temporais**. Brasília, DF, [2012b]. Disponível em: <[http://www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est\\_contabil.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est_contabil.asp)>. Acesso em 10/02/2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho - PDET**. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-pdet>>. Acesso em: 03 mar. 2012.
- COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. (coords.) Estudo da competitividade da indústria brasileira Campinas, Papyrus/Editora da Unicamp. 1994, disponível em <[http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/Dossie/BR-319/Outros%20documentos/cabotagem\\_b4.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BR-319/Outros%20documentos/cabotagem_b4.pdf)>
- FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado**. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995. 245p.
- GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 303 p. (Coleção estudos culturais em educação)
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada **IPEADATA**. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2012.
- RIBEIRO, S. C. **A escola brasileira do professor Raimundo**. In SOARES, Magda Becker, KRAMER, Sônia, LÜDKE, Menga et al. Escola básica. Campinas: Papyrus; Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992.
- SILVA JUNIOR, J. R. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.
- SOUZA, J. S. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.